

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to the Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QU. TIERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF INDIA

GOVERNO DA INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Deptt. of Mines and Metals)

(Departamento de Minas e Metais)

Office of the Controller of Mining Leases,
Goa, Daman and DiuRepartição do Controlador de Arrendamentos
de Minas de Goa, Damão e Dio

Order

Portaria

CML-GOA/Z-28/134/69

CML-GOA/Z-28/134/69

These are 7 cases for modification of terms of the mining leases held by Shrimati Lidia Belinda Simoes, Mine Owner, Altinho, Panaji, Goa.

Estes são os 7 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à Sr.^a Lidia Belinda Simões, Mine Owner, Altinho, Panaji, Goa.

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Area em hectares
1.	Z-28	7 of 5-8-1949 T. T. 16-1-1961	Fer/Mang.	Colomba	68.7500
2.	Z-81	42 of 29-12-1950 T. T. 13-2-1957	Iron	Rivona	50.8000
3.	Z-263	10 of 13-2-1953	Fer/Mang.	Pirla	79.0000
4.	Z-464	17 of 25-6-1955	Fer/Mang.	Codli	99.7000
5.	Z-750	71 of 28-9-1959	Fer/Mang.	Netorlim	39.6000
6.	Z-753	74 of 28-9-1959	Iron	Caurem	82.7500
7.	Z-756	77 of 13-10-1959	Fer/Mang.	Maina	94.9420

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned but none appeared hence the cases proceeded ex parte. The points for determination are that the leases are not liable to be modified because firstly the notices are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules, 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points and in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa, dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo

contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sub-lease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Mining Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it uses the word «Concessionaires or Lessees» of mines. It shows that even under the Portuguese Law Concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point for determination is that according to the Rules the existing mining leases, mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules «existing Mining Lease» have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é a que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

De conformidade com tal, acho, que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, como tal, podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que sómente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «existing mining leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st. October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/- per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.
- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos, etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador de modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a pagar por minério de ferro somente, será a razão de Rps. 12-50 Ps. por hectare, por ano, e por outro minérios de ferro misturado com qualquer outro minério será a razão de Rps. 25/- por hectare por ano, a partir de 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a este minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 8) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 22nd March, 1969.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

General Administration Department

Directorate of Civil Administration

Order

The following persons are appointed to constitute the committee to frame the draft of bye-laws of the Devasthan «Shri Mahalsa Narayan» of Verna Salsete. The Committee is required to submit the report, within six months, to the Government following the procedure as required under Section 8 and 9 of Legislative Diploma no. 1898, dated 29th May, 1959 and also is entrusted with the management of the temple pending approval of the bye-laws.

President effective: Ramacanta Gopi Arsecar.
President substitute: Rajarama Shripada Contoco.
Attorney effective: Dharishchandra Anant Vernekar.
Attorney substitute: Panduronga Bapi Saunto Querkar.
Treasurer effective: Dananjaya Krishna Chodnecar.
Treasurer substitute: Dinanath Loximona Rivonkar.
Clerk of the Committee effective: Govinda Xete Arsecar.
Clerk of the Committee substitute: Anant Dhananjaya Bandolker.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.

Panaji, 16th May 1969.

Office of the District Magistrate of Goa

Notification

MAG/MISC/69-123/1278

In exercise of the powers conferred by Section 13 of the Criminal Procedure Code, 1898, as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Government (Law Department) Order No. LD/252/65 dated 18-3-65, I, D. N. Barua, District Magistrate of Goa, Panaji hereby appoint Shri V. S. Varang, Mamlatdar and First Class Magistrate, Margao, Salsete, as Sub-Divisional Magistrate, South Division, in addition to his own duties for the period from 20-5-69 to 22-5-69.

D. N. Barua, District Magistrate.

Panaji, 20th May, 1969.

Secretariat Administration Department

Notification

SAD/PER/422

The services of Shri S. R. Shinde, Under Secretary are placed at the disposal of the Government of Maharashtra with effect from 16-6-1969 i.e. on expiry of earned leave of 24 days granted to him with effect from 21-5-1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 28th May, 1969.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da pessoa acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 22 de Março de 1969.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento da Administração Geral

Direcção dos Serviços de Administração Civil

Portaria

Os seguintes indivíduos são nomeados para constituir a comissão encarregada de elaborar o projecto do compromisso da Devalala «Shri Mahalsa Narayan» de Vernã, Salcete. A Comissão deverá submeter o seu relatório ao Governo dentro do prazo de seis meses, nos termos dos artigos 8.º e 9.º do Diploma Legislativo n.º 1898, de 29 de Maio de 1969. A Comissão também ficará encarregada da administração da Devalala até a aprovação do compromisso.

Presidente efectivo: Ramacanta Gopi Arsecar.
Presidente substituto: Rajarama Shripada Contoco.
Procurador efectivo: Dharishchandra Anant Vernekar.
Procurador substituto: Panduronga Bapi Saunto Querkar.
Tesorero efectivo: Dananjaya Krishna Chodnecar.
Tesorero substituto: Dinanath Loximona Rivonkar.
Escrivão efectivo: Govinda Xete Arsecar.
Escrivão substituto: Anant Dhananjaya Bandolker.

D. N. Barua, Collector e D. C. A.

Panagi, 16 de Maio de 1969.

Repartição do Magistrado Distrital de Goa

Despacho

MAG/MISC/69-123/1278

Usando das faculdades conferidas pelo artigo 13.º do «Criminal Procedure Code, 1898» conforme foi tornado extensivo ao território da União, de Goa, Damão e Dio, conjugado com a portaria n.º LD/252/65, (Departamento de Justiça), datada de 18 de Março de 1965, eu, D. N. Barua, Magistrado Distrital de Goa, em Panagi, nomeio o Sr. V. S. Warang, Mamlatdar e Magistrado de 1.ª classe em Margão, Salcete, para exercer as funções de magistrado sub-divisional da sub-divisão do sul, em Margão, cumulativamente com as do seu cargo desde 20 de Maio a 22 de Maio de 1969.

D. N. Barua, Magistrado Distrital.

Panagi, 20 de Maio de 1969.

Departamento de Administração da Secretaria-Geral

Despacho

SAD/PER/422

Os serviços do Sr. S. R. Shinde, Subsecretário, são postos à disposição do Governo de Maharashtra a partir de 16 de Junho de 1969, i.e. após o termo da licença disciplinar de 24 dias que lhe foi concedida a partir de 21 de Maio de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panagi, 28 de Maio de 1969.

Finance (Control) Department

Order

Fin(Control)/19-4/67/850

Shri C. J. Bhagtani, Administrative-cum-Accounts Officer is hereby sanctioned earned leave for 29 days from 24-5-1969 to 21-6-1969 with permission to suffix 22-6-1969 the Sunday.

Shri Naraina Nagarcenkar, Accounts Officer posted to Education Department under Order No. Fin(Control)/19-4/67/795 dated 8-5-1969 should be relieved on the return to duty on expiry of leave sanctioned to Shri A. Rodrigues Adm.-cum-Accounts Officer by the Director of Education and directed to report for duty to Captain of Ports in Shri C. J. Bhagtani's leave vacancy.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).

Panaji, 23rd May, 1969.

Order

Fin (Control)/AC-18/PF-31/66/1003

Read:— Govt. Order No. Fin(Control)/19-3/68/495 dated 14-3-1969.

In partial modification of Government order mentioned above Shri A. Sadananda, S.A.S. Accountant on deputation to this Administration from Accountant General Mysore, and working as Assistant Accounts Officer stands repatriated with immediate effect instead of 31-5-1970, as was decided earlier.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).

Panaji, 9th June, 1969.

Law and Judicial Department

Notification

RC/CN/22/69

By virtue of Notification No. LD/9-N-102-68-69, dated 24-3-69, the individuals whose names have been shown in column 1 are hereby authorized to change their names as shown in column 2.

SCHEDULE

Srl. No.	Old Name	New Name
	1	2
1	Gopal Babu Tanaude	Gopal Babu Shet
2	Subaxa Datarama Tanaude	Subhash Babu Shet
3	Carmelina Alvares	Candelina Alvares
4	Naraina Suba Naique	Narayan Subha Amonkar
5	Somanatha Bondo	Somanath Narayan Naik
6	Gonaba Esvonta Naique Dessai	Ganaba Yashwant Desai
7	Prabhacar Giva Naique Gauncar	Prabhakar Giva Deshmukh

Antonio O. Lobo, I/C Registrar General of Births, Deaths and Marriages.

Panaji, 3rd June, 1969.

Departamento das Finanças (Contrôle)

Portaria

Fin(Control)/19-4/67/850

São concedidos ao Sr. C. J. Bhagtani, «Administrative-cum-Accounts Officer», 29 dias de licença disciplinar desde 24 de Maio a 21 de Junho de 1969, domingo.

O Sr. Naraina Nagarcenkar, «Accounts Officer» colocado nos Serviços de Instrução por portaria n.º Fin(Control)/19-4/67/795, de 8 de Maio de 1969, deverá ser dispensado dessas funções pelo Director dos Serviços de Instrução quando o Shri A. Rodrigues «Administrative-cum-Accounts Officer», regressar ao serviço, terminada a licença que lhe foi concedida, e deverá apresentar-se ao serviço ao Capitão dos Portos para exercer as funções do Sr. C. J. Bhagtani, durante o seu impedimento.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).

Panagi, 23 de Maio de 1969.

Portaria

Fin (Control)/AC-18/PF-31/66/1003

Ref: Portaria n.º Fin (Control)/19-3/68/495, de 14 de Março de 1969.

Alterando, em parte a portaria acima mencionada, o Sr. A. Sadananda, Contabilista S.A.S., em deputação nesta Administração, da Repartição do Contabilista-Geral de Mysore, trabalhando como «Assistant Accounts Officer» regressará, com efeito imediato, em vez de 31 de Maio de 1970, como tinha sido decidido anteriormente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).

Panagi, 9 de Junho de 1969.

Departamento de Justiça

Despacho

RC/CN/22/69

Em virtude do despacho n.º LD/9-N-102-68-69, de 24 de Março de 1969, os indivíduos cujos nomes se acham mencionados na 1.ª coluna são autorizados a mudar os seus nomes conforme se indica na 2.ª coluna.

QUADRO

N.º de série	Nome anterior	Novo nome
	1	2
1	Gopal Babu Tanaude	Gopal Babu Shet
2	Subaxa Datarama Tanaude	Subhash Babu Shet
3	Carmelina Alvares	Candelina Alvares
4	Naraina Suba Naique	Narayan Subha Amonkar
5	Somanatha Bondo	Somanath Narayan Naik
6	Gonaba Esvonta Naique Dessai	Ganaba Yashwant Desai
7	Prabhacar Giva Naique Gauncar	Prabhakar Giva Deshmukh

Antonio O. Lobo, «I/C Registrar General of Births, Deaths and Marriages».

Panagi, 3 de Junho de 1969.

Notification

RC/CN/17/69

By virtue of Notification no. LD/9-N-102-68-69, dated 24-3-69, the individuals whose names have been shown in column 1 are hereby authorized to change their names as shown in column 2.

SCHEDULE

Srl. No.	Old Name 1	New Name 2
1	Babusso de Souza	Babusso Murgaoaker
2	Rama Fernandes	Rama Paleker
3	Tucarama Fernandes	Tucaram Paleker
4	Chudú Fernandes	Chudho Kuncalker
5	Tulsidas Fernandes	Tulsidas Kuncalker
6	Laddu Borges	Ladu Kanconker
7	Ramnata Borges	Ramnath Kanconker
8	Supol Borges	Sufal Kanconker
9	Xeuntu Saldanha	Xevanty Kanconker
10	Tucarama Borges	Tucaram Kanconker
11	Jaulem Borges	Jaully Kanconker
12	Suria Borges	Surya Kanconker
13	Minacshi Ladu Borges	Minakshi Kanconker
14	Kissan Fernandes	Kissan Kuncalker
15	Jeni Fernandes	Jeni Kuncalker
16	Jaganata Fernandes	Jaganath Kuncalker
17	Vamon Fernandes	Vaman Kuncalker
18	Caxi Fernandes	Caxi Kuncalker
19	Caxinata Fernandes	Kashinath Kuncalker
20	Gungo Vitola Porobo	Ankush Vithal Parab
21	João	Tucaram Murgaoaker
22	Visnu Gaudu	Vishnu Ladu Murgaoaker
23	Gangu Gaudu	Gangu Ladu Murgaoaker
24	Visnum Fernandes	Visnu Kuncolkar
25	Rotnem Fernandes	Rotu Kuncolkar
26	Rosa Fernandes	Venubai Kuncolkar
27	Xali Fernandes	Xali Kuncolkar
28	Tertuliana Fernandes	Dulgem Kuncolkar
29	Madeva Fernandes	Madev Kuncolkar
30	Cussum Fernandes	Cussum Kuncolkar
31	Omú Fernandes	Omu Kuncolkar
32	Suvarna Madeva Fernandes	Sunvarna Kuncolkar
33	Santu Gaudu	Santu Demum Corgaonker
34	Chandracanta Satu Gaudu	Chandracanta Santu Corgaonker
35	Ambrutem Gaungo	Ambrutem Corgaonker
36	Roidas Satu Gaudu	Rohidas Santu Corgaonker
37	Ramanata Santu Gaudu	Ramanata Santu Corgaonker
38	Banu Gaudu	Bhanu Santu Corgaonker

V. R. Vaze, Under Secretary (Law).

Panaji, 12th May, 1969.

Food and Civil Supplies Department

Order

15-17-68-FCS(EDN)

Government is pleased to accept the resignation tendered by Shri A. D. Satvedi, appointed as Assistant Lecturer in Chemistry in the Government Arts & Science College, Daman by Government Order of even number dated 18th March, 1969 with effect from 14th June, 1969 (afternoon).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 5th June, 1969.

Despacho

RC/CN/17/69

Em virtude do despacho n.º LD/9-N-102-68-69, de 24 de Março de 1969, os indivíduos cujos nomes se acham mencionados na 1.ª coluna são autorizados a mudar os seus nomes conforme se indica na 2.ª coluna.

QUADRO

N.º de série	Nome anterior 1	Novo nome 2
1	Babusso de Souza	Babusso Murgaoaker
2	Rama Fernandes	Rama Paleker
3	Tucarama Fernandes	Tucaram Paleker
4	Chudú Fernandes	Chudho Kuncalker
5	Tulsidas Fernandes	Tulsidas Kuncalker
6	Laddu Borges	Ladu Kanconker
7	Ramnata Borges	Ramnath Kanconker
8	Supol Borges	Sufal Kanconker
9	Xeuntu Saldanha	Xevanty Kanconker
10	Tucarama Borges	Tucaram Kanconker
11	Jaulem Borges	Jaully Kanconker
12	Suria Borges	Surya Kanconker
13	Minacshi Ladu Borges	Minakshi Kanconker
14	Kissan Fernandes	Kissan Kuncalker
15	Jeni Fernandes	Jeni Kuncalker
16	Jaganata Fernandes	Jaganath Kuncalker
17	Vamon Fernandes	Vaman Kuncalker
18	Caxi Fernandes	Caxi Kuncalker
19	Caxinata Fernandes	Kashinath Kuncalker
20	Gungo Vitola Porobo	Ankush Vithal Parab
21	João	Tucaram Murgaoaker
22	Visnu Gaudu	Vishnu Ladu Murgaoaker
23	Gangu Gaudu	Gangu Ladu Murgaoaker
24	Visnum Fernandes	Visnu Kuncolkar
25	Rotnem Fernandes	Rotu Kuncolkar
26	Rosa Fernandes	Venubai Kuncolkar
27	Xali Fernandes	Xali Kuncolkar
28	Tertuliana Fernandes	Dulgem Kuncolkar
29	Madeva Fernandes	Madev Kuncolkar
30	Cussum Fernandes	Cussum Kuncolkar
31	Omú Fernandes	Omu Kuncolkar
32	Suvarna Madeva Fernandes	Sunvarna Kuncolkar
33	Santu Gaudu	Santu Demum Corgaonker
34	Chandracanta Satu Gaudu	Chandracanta Santu Corgaonker
35	Ambrutem Gaungo	Ambrutem Corgaonker
36	Roidas Satu Gaudu	Rohidas Santu Corgaonker
37	Ramanata Santu Gaudu	Ramanata Santu Corgaonker
38	Banu Gaudu	Bhanu Santu Corgaonker

V. R. Vaze, Subsecretário (Justiça).

Panaji, 12 de Maio de 1969.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

15-17-68-FCS(EDN)

O Governo aceita a partir de 14 de Junho de 1969 (após o meio-dia), o pedido de exoneração do Sr. A. D. Satvedi, do lugar de leccionador assistente de química na Faculdade de Letras e Ciências, em Damão, para que havia sido nomeado por portaria de 18 de Março de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 5 de Junho de 1969.

Public Works Department

Order

PWD/1477/48/69

Read: Report No. WDV/C-24/1/69-70 dated 3-4-1969 from the Executive Engineer, Works Division VI, Margao.

Government is pleased to transfer the Panchayat road from PWD Road Margao-Canacona to Molanghini in a length of 3 Kms. to the Public Works Department permanently for the maintenance and repairs with immediate effect.

This issues with the concurrence of the Finance Department vide their u.o. No. Fin(E)/2805/69 dated 29-5-1969.

By order and in the name of the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 7th June, 1969.

Order

FCS/PWD/1903/SVB/69

Shri Sunand V. Borcar, a candidate recommended by Union Public Service Commission, is temporarily appointed on probation to the post of Assistant Engineer (Civil) in P. W. D. and posted in Works Division V, with effect from 2/6/69 on a initial pay to be fixed according to rules in the scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900 plus all other admissible allowances. The period of probation will be for two years.

His pay will be fixed according to rules as recommended by U.P.S.C. vide their letter no. F.1/614/(16)/68-RB, dated 28/3/69.

The appointment is further subject to the terms and conditions laid down in the Memorandum no. FCS/PWD/1903/SVS/69, dated 9/5/69 and rules made from time to time.

The appointment is against the post created by order no. PWD/267/65, dated 14/9/1967.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 6th June, 1969.

Notification

PWD/LA/1258/30/69

Whereas by Government Notification No. PWD/LA/31/68 dated 22-6-68 published on page 92 of Series II, No. 14 of the Government Gazette, dated 4-7-1968, it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz for construction of Saleri—Molorem road.

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for public purpose specified above.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector South Sub-Division, Margao to perform the functions of the Collector for all proceedings hereinafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Deputy Collector at Margao.

Serviços das Obras Públicas

Portaria

PWD/1477/48/69

Ref: Relatório n.º WDV/C-24/1/69-70, de 30 de Abril de 1969, do engenheiro executivo da Secção de Obras VI, em Margão.

O Governo determina a transferência da estrada que vai desde a estrada de Obras Públicas Margão-Canácona a Molanghini, numa extensão de 3 Kms, para os Serviços das Obras Públicas, permanentemente, para a sua manutenção e reparação com efeito imediato.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento de Finanças, dada por sua nota n.º Fin(E)2805/69, de 29 de Maio de 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damao e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário Adicional, Ex-Officio, do Governo.

Panaji, 7 de Junho de 1969.

Portaria

FCS/PWD/1903/SVB/69

O Sr. Sunand V. Borcar, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, por período probatório, engenheiro assistente (civil) dos Serviços Públicos e colocado na Secção de Obras V a partir de 2 de Junho de 1969, com o vencimento inicial a ser fixado de acordo com as normas, na escala de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900, acrescido dos subsídios habituais admissíveis. O período probatório será de dois anos.

O seu vencimento será fixado de acordo com as normas conforme a recomendação da Comissão de Serviço Público da União feita por sua nota n.º F.1/614(16)/68-RB, de 28 de Março de 1969.

A nomeação fica sujeita às condições constantes do memorandum n.º FCS/PWD/1903/SVS/69, de 9 de Maio de 1969 e às normas formuladas periodicamente.

A nomeação é para o lugar criado pela portaria n.º PWD/267/65, de 14 de Setembro de 1967.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damao e Dio.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 6 de Junho de 1969.

Despacho

PWD/LA/1258/30/69

Atendendo a que por despacho n.º PWD/LA/31/68, de 22 de Junho de 1968, publicado à pgs. 92 do Boletim Oficial n.º 14, 2.ª série, de 4 de Julho de 1968, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para os fins da estrada Saleri-Molorem.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro a este anexo tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o collector adjunto da sub-divisão do sul, em Margão, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido collector adjunto em Margão.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Plot No.	Survey No.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
				Name of the person believed to be interested	
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadastro n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
				Nome da pessoa que se presume ser interessada	
1	2	3	4	5	6
Canacona	Parvem	1	—	Shri Janu Bhikaro Velipe of Parvem	60.50
		2	—	Shri Francisco Xavier Gomes, Parvem	2625.85
		3	—	Shri Nilu Pandu Folo of Parvem	1883.50
		4	—	Shri Pandhari Desai and other, Agonda	2182.00
		5	—	Shri Babuso Rama Pagi of Agonda	685.30
	Saleri	7	—	Shri Ramchandra Narayan Naik, Agonda	1288.00
		8	—	Shri Santana Fernandes of Saleri	1073.00
		9	—	Shri Gopinath P. Naik of Agonda	839.00
		10	—	Shri Narayan Naik of Agonda	939.00
		11	—	Shri Satchit Sancow of Cuncolim	50.75
		12	—	Shri Kir Soiru Pagi of Cola	1869.00
		13	—	Shri Ramesh Kolkar of Cola	215.00
		14	—	Cola Comunidade	18536.00
		15	—	Shri Narayan Naik of Cola	670.60
	Cola	16	—	Shri Dattatraya Nagarsekar of Canacona	1475.74
		17	—	Shri Sadanand Shenvi Rege of Cola	505.66
	Saleri	18	—	Shri Kamalakar Shenvi of Cola	341.40
		19	—	Shri Sadanand Shenvi Rege of Cola	396.50
		20	—	Shri Audhut S. Nagarsekar of Canacona	383.15
		21	—	Shri Laxman Ramchandra Shenvi of Cola	270.00
		22	—	Shri Sadanand Shenvi Rege of Cola	337.30
	Cola	23	—	Shri Audhut S. Nagarsekar of Canacona	310.00
		24	—	Shri Gajanan Prabhu Desai of Cola	100.70
		25	—	Shri Laxman Ramchandra Shenvi of Cola	368.30
		27	—	Shri Ganesh Vithal Prabhu of Cola	449.60
		28	—	Cola Comunidade	820.00
		29	—	Shri Janki Ragunath Shenvi of Cola	1140.00
		30	—	Shri Ganesh Vithal Prabhu of Cola	428.00
	Cola	31	—	Shri Padmanabh P. Desai of Cola	427.00
		32	—	Shri Raghunath Prabhu Desai of Cola	1015.00
		33	—	Shri Audhut Shenvi Nagarsekar of Canacona	545.00
		34	—	Shri Sadanand Shenvi Rege of Cola	230.00
		35	—	Shri Kamalakar Shenvi of Cola	234.00
		36	—	Shri Sadanand Shenvi Rege of Cola	400.00
		37	—	Shri Dattatraya Shenvi Nagarsekar of Canacona	1135.00
		38	—	Shri Narsinh Naik of Cola	925.00
		39	—	Shri Yeso Topu Devli of Cola	378.00
		40	—	Shri Vishnu Kamat of Assolna	311.00
		41	—	Shri Gramdev Laxmi Narayan of Cola	390.00
		42	—	Shri Gokuldas Prabhu of Cola	282.00
		43	—	Shri Vithal Anant Prabhu Desai of Cola	218.00
		44	—	Shri Jaganath Prabhu Desai of Cola	1155.00
		45	—	Cola Comunidade	936.00
		47	—	Cola Comunidade	427.75
		48	—	Shri Gokuldas Prabhu Desai of Cola	383.00
		49	—	Shri Satchit Sancow of Conculim	453.00
		50	—	Shri Pundolik Naik of Cola	1049.00
		51	—	Shri Gokuldas Prabhu Desai of Cola	292.00
		52	—	Shri Vithal Anant Prabhu of Cola	185.00
		53	—	Shri Hari Pai of Canacona	392.00
		55	—	Shri Vithal Anand Prabhu of Cola	67.00
		56	—	Shri Krishnanath V. Prabhu Desai of Cola	340.00
		57	—	Shri Gopinath Pandhari Prabhu Desai of Cola	1031.65
		58	—	Cola Comunidade	7745.00
		59	—	Shri Sanyashi Pagi of Cola	367.50
		60	—	Shri Yeshwant Prabhu of Cola	482.00
		61	—	Shri Yeshwant Pagi of Cola	355.00
		62	—	Shri Shanu Pagi of Cola	215.00
		63	—	Shri Bombi Velipe of Cola	242.50
		64	—	Shri Vishram Pagi of Cola	170.00
		65	—	Shri Paika Anvalkar of Cola	114.00
		66	—	Shri Sanyashi Pagi of Cola	108.00
		67	—	Cola Comunidade	7414.00
		68	—	Shri Madhu Velipe of Cola	2313.00
		69	—	Cola Comunidade	11784.00
		70	—	Shri Shanu Rama Naik	3694.00
		71	—	Cola Comunidade	10313.00
	Molorem	72	—	Shri Mukund Prabhu Desai of Molorem	268.00
		73	—	Smt. Meena Prabhu Desai of Molorem	536.00
		75	—	Shri Mukund Prabhu Desai of Molorem	180.00
		76	—	Shri Vishnu C. P. Desai of Molorem	120.00
		77	—	Shri Nanu Naik of Molorem	151.25
		78	—	Shri Vishnu Prabhu Desai of Molorem	80.00
		79	—	Shri Gurudas Prabhu Desai, Molorem	71.25
		80	—	Shri Madhukar U. P. Desai of Molorem	266.00

1	2	3	4	5	6
Canacona	Molorem	81	—	Shri Gurudas Prabhu Desai of Molorem	114.15
		82	—	Shri Shrirang Padmanabh Prabhu Desai of Molorem	511.45
		83	—	Shri Gurudas Prabhu Desai of Molorem	554.20
		84	—	Shri Balaji Prabhu Konkar, Molorem	341.25
		85	—	Shri Ramchandra Konkar of Molorem	248.60
		86	—	Shri Jaganath Prabhu Desai, Molorem	312.60
		87	—	Smt. Meena Prabhu Desai, Molorem	477.35
		88	—	Shri Ranu P. Desai of Molorem	207.00
		89	—	Shri Vyankatesh A. Prabhu Desai of Molorem	387.15
		90	—	Shri Ranganath Prabhu Desai of Molorem	2909.00
Total					106998.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor
of Goa, Daman and Diu

T. Kipgen, Development Commissioner.
Panaji, 14th May, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa,
Damão e Diu.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.
Panaji, 14 de Maio de 1969.

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

PWD/LA/1258/41/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz for the construction of Well and Pump for the Water Supply Scheme at Moti Daman.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (Seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Collector of Daman, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the Act, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Daman, Daman.

2. The Executive Engineer, Works Division VII, Daman.

A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Collector of Daman, for a period of 30 days from the date of this Notification.

SCHEDULE

Sr. No.	Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area in sq. meters
1	Daman	Moti Daman	31	0—19
2	Daman	Moti Daman	33	0—06

By order and in the name of the Lieutenant Governor
of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and
Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.
Panaji, 24th May, 1969.

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

PWD/LA/1258/41/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção dum poço e bomba de água para os Serviços de Abastecimento de Água em Moti Damão.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector de Damão para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Damão, em Damão.

2. O Engenheiro Executivo da Secção de Obras VII das Obras Públicas em Damão.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Collector de Damão, pelo período de 30 dias contado da data deste despacho.

QUADRO

N.º de série	Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	aproximada Área em m²
1	Damão	Moti Damão	31	0—19
2	Damão	Moti Damão	33	0—06

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa,
Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.
Panaji, 24 e Maio de 1969.

Public Health Department

Order

V-2/69-GMC/2514

Subject: Appointment to Class I and Class II posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the U. P. S. C.—Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission Dr. (Smt.) S. F. Rebello is temporarily appointed to the post of Lecturer in Obstetrics and Gynaecology in the Goa Medical College carrying the scale of pay of Rs. 580-30-650 with effect from 21-3-1969. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:

The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed according to the rules. Taking into account the previous service rendered by Dr. (Smt.) S. F. Rebello in the post during her appointment on ad-hoc basis, her initial pay is fixed at Rs. 590/- (Rupees five hundred and ninety only) from 21-3-1969. The next increment will be admissible on 3-11-1969.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure Office Memorandum No. F.2(46)-E.III(A)/60 (Pt. II of 1966) dated 7th February 1968 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 24th April, 1969.

Order

V-2/69-GMC/1011

Subject: Appointment to class I and class II posts in the Union Public Service Commission of Goa, Daman and Diu made in consultation with the Union Public Service Commission. Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission Dr. (Mrs.) Lily Jacob, is appointed to the post of Professor of Obstetrics and Gynaecology in the Goa Medical College carrying the scale of Rs. 1100-50-1800 with effect from 28-1-1969. Her initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:

The Union Public Service Commission have recommended that the pay may be fixed according to the rules. Taking into account the previous service rendered by Dr. (Mrs.) Lily Jacob in the post during her appointment on ad-hoc basis, her initial pay is fixed at Rs. 1350/- (Rupees one thousand three hundred and fifty) per month from 28-1-69. The next increment will be admissible on 4-11-69.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure O. N. No. F.2(46)-E.III(A)/60 (Pt. II of 1966) dated 7-2-68 as amended from time to time.

The pay fixation is provisional and subject to the approval of the Government of India.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 19th May, 1969.

Departamento de Saúde Pública

Portaria

V-2/69-GMC/2514

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª e 2.ª classe na Comissão de Serviço Público da União de Goa, Daman e Diu, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União. Fixação do vencimento na altura da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União a Dra. S. F. Rebello é nomeada leccionadora de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina de Goa, com a escala de vencimento de Rps. 580-30-650 a partir de 21 de Março de 1969. O seu vencimento inicial é fixado como a seguir se indica.

A Comissão de Serviço Público da União recomendou que o vencimento fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pela Dra. S. F. Rebello durante a sua nomeação provisória no lugar, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 590/- (quinhentos e noventa rupias) por mês, a partir de 21 de Março de 1969. O próximo aumento será admissível em 3 de Novembro de 1969.

A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas por F. R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério de Finanças do Governo da Índia, n.º F.2(46)E.III(A)/60 (Pt. II of 1966), de 7 de Fevereiro de 1969, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 24 de Abril de 1969.

Portaria

V-2/69-GMC/1011

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª e 2.ª classe na Comissão de Serviço Público da União de Goa, Daman e Diu, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União. Fixação do vencimento na altura da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União a Dr.ª Lily Jacob é nomeada professora de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina de Goa, com a escala de vencimento de Rps. 1100-50-1800, a partir de 28 de Janeiro de 1969. O seu vencimento inicial é fixado como a seguir se indica.

A Comissão de Serviço Público da União recomendou que o vencimento fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pela Dr.ª Lily Jacob, durante a sua nomeação provisória no lugar, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 1350/- (mil trezentas e cinquenta rupias) por mês, a partir de 28 de Janeiro de 1969. O próximo aumento será admissível em 4 de Novembro de 1969.

A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas por F.R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério de Finanças do Governo da Índia, n.º F.2(46)E.III(A)/60 (Pt. II of 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

A fixação de vencimento é provisória e está sujeita à aprovação do Governo da Índia.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 19 de Maio de 1969.

GOVT. PRINTING PRESS — GOA

(Imprensa Nacional — Goa)

PRICE — 67 Ps.